SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAMPINAS

Especial Previdência
Novembro 2026

ATENÇÃO! ASSEMBLEIA GERAL

STMC CONVOCA SERVIDORES PARA DISCUTIR REFORMA DA PREVIDÊNCIA

DATA	LOCAL	1ª CHAMADA	2ª CHAMADA
SEGUNDA, 23/11	PAÇO MUNICIPAL	17h	17h30



O Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Campinas (STMC) convoca todos os servidores da ativa, aposentados e pensionistas para discutir a Reforma da Previdência na próxima segunda-feira (23) no Paço Municipal. A primeira chamada será às 17h e a segunda chamada às 17h30. Vamos debater as principais mudanças e as emendas encaminhadas pelo sindicato para alterar o projeto de lei enviado à Câmara.

O STMC encaminhou três propostas de alterações no **Projeto de Lei Complementar nº 87/2026**, que modifica as regras de aposentadoria dos servidores municipais.

O objetivo é barrar as mudanças para garantir uma transição mais justa, especialmente para os trabalhadores que estão próximos da aposentadoria e que podem ser prejudicados pelas novas exigências.

O Sindicato também questiona informações utilizadas nos cálculos do déficit previdenciário e cobra maior transparência antes da aprovação de mudanças que afetarão milhares de servidores.

PRESERVAR AS REGRAS PARA QUEM JÁ ESTÁ NO SERVIÇO PÚBLICO

A primeira proposta apresentada busca proteger os trabalhadores que ingressaram no serviço público municipal até **11 de novembro de 2019**.

Para esses servidores, o STMC reivindica a manutenção das regras previstas na **Lei Complementar nº 10/2004**.

Na prática, a proposta pretende evitar que quem já dedicou muitos anos ao serviço público seja obrigado a cumprir novas exigências para se aposentar.

O Sindicato considera injusto mudar as regras para trabalhadores que estão na reta final da carreira e que organizaram suas vidas com base nas condições previdenciárias anteriores.

O STMC quer que os servidores admitidos até 11/11/2019 mantenham as regras anteriores de aposentadoria.

UMA TRANSIÇÃO MAIS JUSTA PARA A APOSENTADORIA

Sindicato propõe pedágios progressivos para reduzir o impacto das novas regras

A segunda proposta rejeita o pedágio previsto na reforma da Previdência por considerar que a exigência obrigaria os servidores que estão perto de se aposentar a trabalhar por mais tempo. Defendemos a regra de transição com pelo menos **sete anos de isenção** antes que as mudanças passem a valer para esses servidores.

A terceira proposta do STMC estabelece percentuais progressivos de pedágio previdenciário, buscando uma transição gradual para os servidores.

O pedágio é um período adicional de contribuição que pode ser exigido para a aposentadoria, além do tempo que ainda faltava para o trabalhador completar os requisitos.

Na proposta apresentada, os percentuais aumentam gradualmente:

2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	100%

STMC QUESTIONA CÁLCULOS DO DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA

Sindicato aponta informações incompletas nos estudos utilizados para justificar a reforma



SINDICATO QUER REVISÃO DOS NÚMEROS

O projeto da Prefeitura é fundamentado em estudos que apontam um déficit atuarial de **R$ 13,06 bilhões**. Entretanto, o STMC identificou problemas nos dados utilizados para chegar a essa estimativa.

Entre eles está a ausência de informações sobre o tempo de contribuição anterior de **14.615 servidores ativos**, o equivalente a aproximadamente **97%** dos trabalhadores analisados.

Outro questionamento envolve **4.752 aposentados do Fundo em Repartição** cujos dados não permitiram estimar a compensação previdenciária a receber de outros regimes.

O Sindicato também contesta a hipótese de que todos os servidores se aposentam assim que atingem os requisitos necessários, já que muitos continuam trabalhando.

Para o STMC, essas informações precisam ser corrigidas para que a situação da Previdência seja avaliada com maior precisão. **Queremos a revisão dos estudos, atualização dos dados e transparência nos cálculos antes da aprovação da reforma.**

NÃO VAMOS ACEITAR MUDANÇAS QUE PREJUDIQUEM OS SERVIDORES!

O STMC alerta que parte importante dos impactos da reforma recairá sobre servidores que estão próximos da aposentadoria. São trabalhadores com décadas de dedicação ao serviço público e que podem ter seus planos de aposentadoria alterados.

O Sindicato defende que o equilíbrio financeiro da Previdência Municipal não pode vir exclusivamente da ampliação das exigências aos trabalhadores. A entidade considera fundamental preservar direitos e corrigir inconsistências nos estudos.

ATENÇÃO, SERVIDOR! PARTICIPE DA DISCUSSÃO

O Projeto de Lei Complementar nº 87/2026 ainda não foi votado pela Câmara de Campinas. Antes da votação, vamos debater o assunto na assembleia geral na próxima segunda-feira (23). A proposta também passará por audiências públicas na Câmara na terça (24).

A PREVIDÊNCIA É UM DIREITO!